



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS  
SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

SCS - B Quadra 09, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 8º andar, CEP: 70308-200 Brasília/DF. Tel.:(61) 2027-3192/ 3344 –  
E-mail: [conanda@sdh.gov.br](mailto:conanda@sdh.gov.br) - Acesso: [www.direitosdacrianca.gov.br](http://www.direitosdacrianca.gov.br)



## PAUTA DA 274ª ASSEMBLEIA DO CONANDA

**25/07/2018**

Local: Sala Plenária, 10º andar, MDH

14h00-14h30 - **Abertura da 274ª Assembleia, aprovação da pauta e informes**

14h30 – 15h30 – **Reunião com o Secretário Executivo do Ministério dos Direitos Humanos, Sr. Engels Augusto Muniz**

15h30 – 17h00 – **Erradicação do trabalho infantil.**

Convidados:

Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil - Sr. Antônio Alves Mendonça Júnior

Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – Sra. Isa Oliveira

17h – 18h – **Relatoria da Comissão Organizadora da XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.**

18h – **Encerramento da 274ª Assembleia Ordinária do Conanda**

**26/07/2018**

Local: Sala Plenária, 10º andar, MDH

9h às 9h30 – **Abertura da 274ª Assembleia Ordinária**

9h30 às 11h00 – **Relatoria da Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar (CDHAP)**

11h00 – 12h00 - **Relatoria da Comissão de Políticas Públicas (CPP)**

12h00 às 14h – **Intervalo para o almoço**

14h00-16h00 - **Relatoria da Comissão de Mobilização e Formação (CMF)**

16h00-18h00 - **Relatoria da Comissão de Orçamento e Finanças (COF)**

18h – **Encerramento da 274ª Assembleia Ordinária do Conanda**

## RESUMO EXECUTIVO DA ASSEMBLÉIA

### **PARTICIPANTES**

Conselheiros Titulares Presentes:

#### **Governamentais:**

Avelina Neta - Secretaria da Previdência do Ministério da Fazenda

Mariana Carvalho – Casa Civil

Francisco Xavier – MDS

Mirna Araújo – MEC

Antonio Alves – TEM

Eduardo Gamor - MP

#### **Sociedade Civil:**

Edmundo Ribeiro Kroger - Centro de Educação e Cultura Popular

Francisco Rodrigues Correia – Federação Nacional Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas

Marco Antônio Soares - Central Única dos Trabalhadores - CUT

Jimena Djauara Nunes da Costa Grignani- Associação Brasileira de Educação e Cultura

Renato Bonfim – Casa da Cultura Ilê Asê D' Osoguã - CCIAO

Anna Beatriz – Federação Nacional das APAES – FENAPAES

Regina Leão - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Catarina Santana – Fé e Alegria

Lucimara Cavalcante – AMSK

Romero Silva – ANCED

#### **Conselheiros Suplentes Presentes:**

##### **Governamentais**

Claudio Luiz Pinheiro da Silva - Ministério do Esporte

Danyel Iório - Secretaria Especial de Direitos Humanos

Ana Luiza - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Luiz Barcelos – Ministério da Saúde

Ângelo Couto – Casa Civil

Patricia Melo – Aldeias SOS

Eduardo Gamor – MP

**Sociedade Civil:**

Iolete Ribeiro da Silva – Conselho Federal de Psicologia

Thais Dantas – Instituto Alana

Leorcino Mendes - MNDH

Tâmara Caroline - ENEGRECER

**Demais Participantes:**

Ana Claudia Castro - UNESCO/Conanda/SDH/MDH

André Lima - Conanda/MDH

Arlete Alves - Conanda/MDH

Cleide Duarte - Conanda/MDH

Jean Marcos- Conanda//MDH

Patrícia Arantes - Conanda/MDH

Verena Martins - Coordenadora-Geral do Conanda/MDH

Inajara – MDH

Paulo Henrique – ISJB

Marcia Rocha – FNDCA

Sandra – FNDCA

Amanda Ferreira – ECPAT

Renata Lavareda – MPF

Felicia Santos- SNDCA/MDH

**Faltas justificadas:**

Glicia Thais Salmeron de Miranda- Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil

**1. Abertura, aprovação da pauta da 274ª Assembleia Ordinária:**

O presidente do Conanda Professor Marquinhos faz abertura da 274ª Assembleia Ordinária, cumprimentando a todos presentes. Faz apresentação da pauta e todos aprovam, em seguida faz leitura dos informes e a das atividades externas dos conselheiros e após a apresentação dos ofícios deliberados na plenária anterior e seus encaminhamentos. Informa a substituição da representação no Conanda: Ministério do Trabalho com o novo conselheiro Antonio Mendonça e Erika Medina e Coletivo Nacional da Juventude Negra com a conselheira Tamara recebem a saudação de bem vindos com palmas.

A Secretaria Executiva do Conanda fala sobre a pesquisa do IPEA sobre os Conselhos Nacionais vinculado ao Ministério de Direitos Humanos, está sendo realizada a pedido da Secretaria Executiva desse Ministério com entrevista que ocorreu com ela, após com o presidente do conselho e conselheiro Danyel

Iorio como representante as SNDCA. Foi aberto para os demais conselheiros participarem para enriquecer o relatório, os conselheiros que estiverem interesse e disponibilidade amanhã o representante do IPEA estará aqui no para essa entrevista.

Conselheiro Danyel Iorio faz informe referente as passagens, explica da mudança do sistema para adquirir as passagens, medida provisória para compra direta perdeu a vigência em 30/06, até fazer um contrato ou medida a passagem terá que ser adquiridas com muita antecipação a cota que temos e muito baixa e só garante as passagens para assembleias as representações externas não e garantidas, não e ausência de recursos orçamentários e falta de contrato. A conselheira Catarina pede para priorizar algumas representações que são muito importantes e o conselheiro Renato pergunta sobre passagens para os GTs que estão em andamento se existe o saldo para as passagens? O conselheiro Danyel esclarece que se for possível a comissão adiar e mais viável pois a urgência a garantir a realização da assembleia e caso não seja possível será analisado caso a caso. A conselheira Iolete trará um informe e o presidente consulta se mais alguém deseja solicitar inclusão de informes, são inscritos além da conselheira Iolete são inscritos a conselheira Tamara, a representante do Fórum Sr.<sup>a</sup> Sandra e o conselheiro Edmundo. A conselheira Iolete faz distribuição do Relatório de Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas foi uma ação conjunta do Conselho Federal de Psicologia com Mecanismo Nacional de Prevenção ao Combate a Tortura e com a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, ela relata que foram inspecionadas instituições no País inteiro e para gerar esse relatório, infelizmente forma detectadas muitas violações de direitos, tem uma parte sobre os adolescentes e por isso a importância de trazer ao conhecimento desse pleno e oportunamente ela gostaria de apresentar com maiores detalhes na Comissão de Políticas Públicas. O presidente do Conanda dia que já tomou conhecimento e encaminha para a comissão inserir na pauta. A Conselheira Tamara cumprimenta todos, agradece a acolhida e comunica que hoje e comemorado o dia Internacional, Latino-Americana e Caribenha da mulher negra, ela menciona os movimentos e da luta da mulher negra no País. Com uma saudação a Sr.<sup>a</sup> Sandra representando o Fórum DCA que informa a reunião com a sociedade civil no termino da assembleia, ela quer informar mais a título de informação a necessidade de aprimorar a relação entre esse conselho e o CNAS onde ela tem assento representando a FENATIBREF – Federação Nacional do Empregado em Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas no caso de pautas afins de crianças e adolescentes. O conselheiro Edmundo informa que o conselho estadual da BA concluiu a eleição processo virtual, processo foi conduzido pelo Fórum DCA/BA e CECUP tem novo mandato de 2 anos.

O presidente do Conanda informa que será necessário fazer inversão da pauta, pois a reunião com Secretario Executivo do Ministério não ocorrera por hora, devido a um compromisso de última hora no qual ele terá que acompanhar o Ministro em uma agenda e assim que for possível estará vindo atender e A reunião com o Secretario não ocorrera agora devido a uma agenda urgente, onde foi necessário que o mesmo acompanhasse o Ministro em compromisso de última hora, assim que possível será comunicado a vinda do mesmo e temos o pedido de uma inclusão a pedido do Ministério de Relações Exteriores, o representante Daniel solicitou um tempo para relatar as ações das crianças brasileira migrantes.

## **1. Erradicação do trabalho infantil.**

Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil - Sr. Antônio Alves Mendonça Júnior  
Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – Sra. Isa Oliveira.

O conselheiro Antônio que acaba de tomar posse vem como representante do CONAETE, qual ele e coordenador cumprimenta a todos e fala que e uma grande responsabilidade está nesse conselho, nesse primeiro dia como conselheiro ele traz essa apresentação de um tema tão importante que e a erradicação do trabalho infantil. Ele está como convidado representando a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil-CONAETI, que e uma comissão instituída no âmbito no Ministério do Trabalho que tem quatro finalidades precípua, sendo uma delas a revisão e elaboração do plano nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalhador Adolescente; ele e atualmente coordenador dessa comissão. O convite para esta aqui se dá devido a necessidade de apresentar os resultados alcançados dos trabalhos realizados no dia 12 de junho que e o dia nacional e mundial de combate ao trabalho infantil. Ele esclarece que desde o plano nacional de 2004 que foi o primeiro, após laçado outro em 2011 e no fim desse ano ou início do próximo ano será lançado o novo plano nacional, existe essa ação prevista como atribuição do Ministério do Trabalho com a meta realização de inspeção do trabalho permanente nas atividades formais e informais para afastar do trabalho todos com idade inferior à estabelecida por lei, será apresentado essa ação com base nessa meta. Quem realiza essa ação são os auditores fiscais do trabalho vinculado ao ministério do trabalho que usa como orientação na Base Normativa Específica para a atuação da Auditoria Fiscal do Trabalho pela IN 102, 2013: Art. 3º, que orienta essas ações. Somente do dia 12 de junho que e o dia nacional e mundial de combate ao trabalho infantil todos os fiscais estão disponíveis para fiscalização de denúncia de trabalho infantil fora essa data o número de fiscais não e suficiente.

O presidente do Conanda abre as inscrições para os conselheiros: A conselheira Regina diz ser militante do fórum e participou do museu do amanhã, no fórum do rio tem vários GTt. Aline representante dos povos comunidades tradicionais pede reunião sobre Edital – Edmundo irá se reunir após assembleia. Ficando como encaminhamento aprovados em plenária: Verificar com a comunicação as possibilidades de adesão/compartilhamento da campanha FNPETI, considerando o período eleitoral; após a indicação da área de comunicação do MDH levar para a mesa diretora a resposta para conhecimento e encaminhamento do retorno para a CMF (avaliação); elaboração de uma nota pública sobre a importância do aumento do quadro de auditores fiscais do MTE com vistas a fiscalização de todas as formas de trabalho infantil em todas as unidades federativas. (CPP).

O presidente do Conanda propõe que a pauta dos grupos temáticos e relatório da conferencia fique para amanhã (26/07) e passa a palavra para o representante do MRE Daniel (diplomata Itamaraty) vem com pauta sobre as Crianças imigrantes nos EUA. Com a palavra ele se apresenta e saúda a todos, relata que no Itamaraty ele trabalha na Divisão de Direitos Humanos e agradece a todos pela inversão da pauta

para abrir esse espaço para ele trazer informações relativas a situação das crianças migrantes nos Estados Unidos da América. Ele faz referência a nota pública emitida por esse conselho onde solicitava ao Itamaraty relatar as ações junto ao Governo Norte Americano. Quanto as crianças imigrantes brasileiras separadas de seus pais desde que a política começou a ser colocada em prática o Itamaraty tem se mantido bastante ativo em acompanhar de perto a situação de cada uma das crianças brasileiras identificada em abrigos nos Estados Unidos. Ele informa que desde que o Governo Norte Americano iniciou a política de tolerância zero em relação aos imigrantes, sobretudo em relação as crianças brasileiras separadas dos pais o Itamaraty tem se mantido bastante ativo em acompanhar de perto a situação de cada uma das crianças brasileiras identificadas em abrigos nos Estados Unidos. Os consulados de todas as cidades têm trabalhado para encurtar no máximo o tempo de separação das crianças e suas famílias. O ministro do Itamaraty o S.r. Aluizio Nunes Ferreira realizou uma reunião nos dias 6 e 7 desse mês esteve nos Estados Unidos e realizou uma reunião em Chicago com todos os chefes de todos os consulados Brasileiros na América do Norte e não só nos Estados Unidos para coordenar as ações do Brasil a esse respeito. Todos os onde há registro de Brasileiros forma visitados pela rede consular para que fossem checadas as condições em que se encontravam os menores, foi verificado que existiam acesso a recreação e ensino, ficando claro que isso não diminuo o trauma da separação e está sendo feito um acompanhamento muito próximo da rede consular que tem se colocado à disposição integralmente em regime de plantão para essa assessoria as famílias nas reuniões a nos encaminhamentos após. Em nível de gestão mais política no dia 20 de junho o Itamaraty publicou uma nota pública a respeito dessa situação, a qual e lida ao plenário e ele informa que a mesma esta publicada no site do Itamaraty. Foi enviada uma carta a Embaixada Norte América aqui em Brasil no dia 21 de junho onde o Itamaraty expressa profunda preocupação e prezar pela política daquele País em relação aos imigrantes e demandando informações sobre quando e de que forma ocorreria a reunião familiar e quais cuidados seriam oferecidos as famílias e foi solicitado que eles estivessem uma visão de solidariedade e generosidade dessa reformulação de política migratória. Foi enviado a esse conselho um ofício atualizando as informações de como o Governo brasileiro tem conduzido e quando o vice presidente americano esteve aqui o presidente Michael Temer manifestou a profunda sensibilidade da situação e pediu especial atenção para o caso e para assegurar a reunião familiar. E por fim aconteceu na semana passada a viagem do Ministro de Direitos Humanos Gustavo Rocha ao Estados Unidos como um dos pontos de agenda uma visita a um dos abrigos em que se encontrava uma criança brasileira, que por ser a única nesse local e por dificuldades de comunicação se encontrava em situação de isolamento e vulnerabilidade o Ministro juntamente com defensor público federal e o cônsul estiveram nesse abrigo. Está sendo acompanhado estão se mantendo o mais próximo possível de cada caso. E por uma decisão judicial de uma corte federal da Califórnia foi estipulado um prazo para que se realize a reunião familiar e o Itamaraty tem acompanhando essa situação e reafirma o esta articulado para que seja dada a solução mais breve possível e de maneira que seja mais favorável possível ao brasileiro. O conselheiro Leorcínio afirma que as crianças continuam lá separadas dos pais e que de acordo com legislação americana a qualquer momento elas podem ser encaminhadas para adoção. O conselheiro Edmundo pede a todos para

fazer uma reflexão e afirma que as crianças não são menores e estranha o Ministério usar essa expressão e demonstra indignação pois quando ocorre qualquer crise na economia em relação a importação o governo brasileiro se empenha com ações na corte internacional do comercio condenando as ações e quando e criança e adolescentes fica com essa complacência. A representante do Fórum DCA a Sra. Marcia fala que enviaram uma nota para Itamaraty e não obtiveram resposta, o representante pede o contato para verificar e agradece a oportunidade. Ficando como encaminhamento aprovados em plenária: Ofício para o MRE solicitando informações quanto a decisão/status de reunificação das crianças separadas dos seus familiares. (EUA); Aguardar o retorno e encaminhar para mesa diretora para deliberação quanto aos possíveis encaminhamentos. (EUA); o Fórum Nacional irá fazer uma nota incisiva com atenção a denúncia das violações dos direitos de crianças, avaliando a possibilidade de denunciar os EUA sobre as violações; a nota do fórum deverá ser encaminhada para o Conanda para avaliação, devendo o conselho avaliar a possibilidade de subscrição. A avaliação será feita pela mesa diretora; encaminhar nota publica em inglês para o presidente dos EUA. (Edmundo/SE-CONANDA).

#### **26/07/2018 - Segundo dia da 274ª Assembleia Ordinária.**

O presidente do Conanda faz abertura do segundo dia de assembleia, saudando a todos e informa que de acordo com a alteração da pauta do dia anterior ficou de acordo em primeira mão trazer a pauta dos grupos temáticas, uma proposta que a mesa diretora traz já acordada com os coordenadores dos grupos; logo após a conferencia e após continuidade a assembleia com o relato das comissões. Ele informa da pendencia sobre a reunião com o Secretário Executivo do Ministério dos Direitos Humanos, Sr. Engels Augusto Muniz que até o momento não deu retorno ou posição se ira vir, e que todas as possibilidades de diálogo foram esgotadas, documentos enviados e tratativas com a Secretaria do tema central que e a carta acordo para o CPA. Ele consulta se há acordo de elaborar e enviar um documento do conselho endereçado ao o Secretário Executivo do Ministério dos Direitos Humanos, Sr. Engels Augusto Muniz em relação a essa postura, elaborar a tarde e todos contribuir. Os conselheiros relatam que já foi enviado documentos e que CPA e uma prioridade e já foi aprovado e que tem que deliberar a convocação e após acionar o Ministério Público. Fica acordado que será enviado a convocação e elaborar a nota e o Fórum DCA já acionou o Ministério Publico todos de acordo com algumas abstenções. Como encaminhamento desse tema fica aprovado: Convocar o Secretário Executivo para 275ª assembleia ordinária do CONANDA para tratar do CPA; Elaborar uma nota pública ao Ministro dos Direitos Humanos sobre a não assinatura da carta acordo para efetivação da atuação do CPA.

Dando continuidade o presidente do Conselho, professor Marquinhos traz informações sobre os Grupos Temáticos, ele relata que a expectativa de apresentar os relatórios dos GT ainda nessa gestão e para agilizar em conversa com a comissões ele apresenta a seguinte metodologia para ir organizando e afunilando para no memento de aprovação dos textos dos três GT não tenhamos tantos debates e esclarecimentos e modificações por ser textos grandes e ficando assim a proposta: em setembro, outubro e novembro os GT funcional de manhã e no período da tarde todos em uma escala de um por mês possam

apresentar a plenária para até novembro todos tenham apresentados e se algum não conseguir finalizar terá dezembro que será o último mês dessa gestão. Ficando de acordo com a indicações abaixo e isso já foi combinado com os coordenadores: GT POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS / Setembro, GT SGD / Outubro, GT LETALIDADE / Novembro.

Ficando acordado que os conselheiros titulares que não são membros dos GTS e tiverem disponibilidade será agilizado a vinda nas condições de garantir a participação. Ficando aprovado por unanimidade da seguinte forma:

Reunião do Grupos temáticos – 9h as 12h

Reunião ampliada dos Grupos temáticos: tarde – 14h às 18h

Calendário proposto:

GT PCTradicionais: Setembro/2018

GT SGD: Outubro/2018

GT Letalidade: Novembro/2018.

## **1. Relatoria da Comissão Organizadora da XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.**

O presidente do conselho justifica a ausência do coordenador da Comissão Organizadora da XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o conselheiro Lacerda que no mês anterior teve evento da saúde de casou com a assembleia e esse mês está de férias, porem estava na secretaria na semana anterior e deixou todo trabalho adiantado e já socializado com a comissão e será apresentado a plenária. Está sendo trabalhados os itens: Minuta de uma carta acordo para contratação de serviço para metodologia e sistematização; Elaboração de uma minuta de consultoria (pessoa física) para acompanhar as conferências municipais e estaduais; Levantamento da possibilidade de locais para realização da conferência - Etapa Nacional (terá que realizar uma consulta pública para verificar se os locais prováveis estarão disponíveis nas datas aprovadas de 24 à 27/10/2017) e por fim um apelo que os Conselheiros do Conanda apoiem na mobilização dos Estados para que organizem suas Comissões Organizadoras, o único estado que informou oficialmente que sobre a comissão organizadora até então foi São Paulo.

## **2. Relato das comissões:**

### **a. Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar /CDHAP**

Coordenador: Jimena

Relatoria: Avelina.

A conselheira Jimena diz que tem dois pontos de pautas e para relembra que já passou por esse plenário a questão sobre proteção de dados de crianças e adolescentes e a expectativa era que fizessem um posicionamento porem o PL estava em tramite não houve posicionamento pois tudo está sendo positivo e ontem à noite a comissão foi informada que entraram com veto de alguns assuntos desse PL, devido a essa situação foi elaborada uma nota publica urgente com a contribuição da conselheira Thais e

será submetido a essa plenária que e um posicionamento em relação ao PL. E o outro assunto e muito novo para essa plenário que veio de uma demanda um pedido de um grupo de qualizes a respeito do uso da lei sobre alienação parental, o impacto que está dando em uma violação de direito bem grave e será exposto mais tarde. A conselheira Avelina faz leitura da nota publica pela sanção do PLC 53 de 2018, nota aprovada por unanimidade. Dando continuidade a conselheira Avelina traz o próximo ponto de pauta, referente a uma denúncia recebido nesse conselho ela pede que a conselheira Jimena esclareça o fato, conselheira Jimena relata que seria importante todos os conselheiros aprofundar no tema. Ela esclarece que o Conanda recebeu um pedido de audiência e a mesa diretora direcionou a essa comissão devido ao tema que trata de mulheres que perderam a guarda de seus filhos mediante a denúncia de uma suspeita de abuso sexual dos genitores. Após a denúncia por parte da mãe e feitos os trâmites tiram a guarda da mesma para o suposto abusador e uns dos principais argumentos para isso e a lei de alienação parental, tem relatos de mães que estiveram na reunião que tem 8 anos que não veem os filhos e estão sob guarda do suposto abusador. Na reunião esteve presente: Comitê Latino Americano e do Caribe em Defesa dos Direitos das Mulheres-CLADEM Latino Americano; ONG Vozes de Anjos; Coletivo Mães na Luta-SP; Advogadas de casos e o Conselho Federal de Psicologia. O relato estará disponível aos conselheiros não iremos aprofundar aqui nele. A conselheira Iolete fala da grande importância desse tema que afeta os direitos das crianças e adolescentes a convivência familiar. Ficando como encaminhamento: Solicitar levantamento (estatístico) de casos, e relatório parcial, de denúncia de alienação parental e o resultado dos processos com denúncia de abuso sexual ao CNJ e à CPI de maus-tratos do Senado e da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados; Elaboração de Nota Técnica do Conanda (com base nos documentos encaminhados pelas instituições e coletivos) sobre esses casos e enviá-la ao SGD, à rede de Conselhos Estaduais, CNJ, CNMP, ANADEP; Solicitar à SNDCA para fazer o levantamento dos PLS no Congresso sobre o tema para aproveitá-los. Encaminhamentos aprovados por unanimidade. O conselheiro Danyel parabeniza a comissão pelo trabalho pois eles têm trabalhados os temas mais difíceis e a carga emocional que o sofrimento das mães traz não e fácil de lidar e espera que seja dado um bom encaminhamento a questão e tentar resolver pois e muito dramático.

**b. Comissão de Políticas Públicas /CPP.**

Coordenador: **Catarina de Santana Silva**  
Relatoria: **Francisco.**

A conselheira Catarina inicia a relatoria até a chegada do conselheiro Francisco que será relator, primeiro ponto de pauta e sobre Comissão Intersectorial para Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, convidaram a Sr.<sup>a</sup> Inajara que e Coordenadora Geral de Promoção dos Direitos das Crianças e do Adolescentes, que falou do histórico de como foi construído o Plano de Convivência Familiar e Comunitária e atualmente ele está vencido. A Comissão avaliou que o processo inicial seria avaliar para após fazer a revisão e complementação e isso

seria pela comissão Intersetorial que foi formada por um decreto que está vencido e menos assim a comissão conseguiu fazer algumas reuniões em 2017, porém sem muitos avanços por isso e mais devido fazer os encaminhamentos para ativar a comissão. O conselheiro Francisco dando continuidade informa os encaminhamentos indicados pela CPP que são: Reativação da comissão Intersetorial para Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (expirada em 2005); Construção da Minuta de decreto pela CPP "Convite ao CNAS/CONADE/CONANDA de políticas públicas e sistema de justiça CNJ, CONDEGE, CNMP para colaboração no decreto e participação na 275ªAO.(Os convidados para contribuições deverão ser encaminhados para Catarina até o dia 27/07. Todos os conselheiros poderão contribuir nessa etapa, envio da minuta para os conselheiros do CONANDA para contribuições. Prazo: 10 dias antes do envio para os conselhos setoriais;CPP elaborará recomendações para subsidiar as pautas da comissão. Observar demandas de públicos específicos ( crianças e adolescentes com deficiência) e Grupos Populacionais Tradicionais Específicos entre outros; Realizar levantamento acerca de quais estados possuem planos de convivência familiar e comunitária e pedir informações sobre os planos municipais. Foram aprovados por unanimidade.

Quanto a Convivência familiar no Sistema Socioeducativo a comissão sugere remeter ofício recebido à Comissão Intersetorial do SINASE sobre a pauta da Convivência familiar no Sistema Socioeducativo. Ficando como encaminhamento dessa pauta: Encaminhar contribuições do tema de proteção dos direitos da criança e do adolescente impactados por obras e empreendimentos para o GT SGD; Encaminhamento para análise e contribuições dos conselheiros da minuta de resolução (2 textos); Apresentação da Resolução a respeito da proteção dos direitos da criança e do adolescente impactados por obras e empreendimentos para deliberação da Plenária no mês de agosto.

A conselheira Catarina relata que participou da audiência pública do BNCC e o dia 2 de agosto marca essa discursão em vários locais do País sobre a reforma e como essa temática vem sendo discutida a comissão pretende fazer um posicionamento sobre as discursões elaborando uma nota publica após esse dia D. Quanto a agenda de obras e empreendimentos a comissão traz como resolveu encaminhar contribuições do tema de proteção dos direitos da criança e do adolescente impactados por obras e empreendimentos para o GT SGD; Encaminhamento para análise e contribuições dos conselheiros da minuta de resolução (2 textos). E a apresentação da Resolução a respeito da proteção dos direitos da criança e do adolescente impactados por obras e empreendimentos para deliberação da Plenária no mês de agosto, ficando aprovado pela plenária.

Quanto a Matriz da Comissão Nacional de erradicação do Trabalho Infantil ficou como encaminhamento: Solicitar à CONAETI a avaliação do II Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do T.I; Apresentar plano com atribuições do CONANDA na assembleia; Enviar para todos os conselheiros a matriz do CONANDA todos aprovados em plenário.

Referente a elaboração as Resolução Conjunta CONANDA e CNCD/LGBT será encaminhado para a contribuição dos conselheiros do CONANDA para envio posterior ao CONANDA (CPP) e demais

trâmites junto ao CNCD – LGBT; Pensar conjuntamente com o CNCD LGBT estratégias de lançamento/divulgação da resolução. Aprovados em plenário.

E por fim quanto a Reforma do Ensino será elaborada uma nota pública a respeito da Reforma do Ensino Médio e Base Curricular Nacional Comum e a comissão irá fazer monitoramento a respeito da construção de unidades do SINASE e encaminhar para a CGSINASE (Sugestão para que o CONANDA delibere sobre o prazo de construção).

### **c. Comissão de Mobilização e Formação – CMF**

Coordenação: Eduardo Gomor

Relatoria: Roberta

O presidente do Conanda, o professor Marquinhos faz leitura da carta recebida da Secretaria executiva sobre recursos para CPA, onde há questionamentos dos valores aprovados. Essa carta foi entregue a pouco tempo, ele passa para a conselheira Roberta e depois retornara com encaminhamentos do tema. A conselheira Roberta inicia a relatoria com a pauta referente ao CPA, relatando que a chefe de gabinete a Sr.<sup>a</sup> Maria Gutenara compareceu na reunião da comissão e fez explicações referente ao PRODOC, foi muito proveitoso para esclarecer dúvidas existentes referentes a valores financeiros, ela esclarece que não havia apontamento referente a valores e que como o Secretário Executivo do Ministério dos Direitos Humanos, Sr. Engels estaria na reunião essa discussão seria ontem na presença dele. A chefe de gabinete Maria Gutenara com a fala esclarece que como a minuta passa pela ABC, eles solicitaram explicações referente a diárias e passagens e como o projeto tem muitos seminários e pelo número de adolescentes já foi justificado. Conselheira Roberta faz leitura Nota pública de Repúdio ao Não Respeito às Deliberações do Conanda a Implementação do Comitê de Participação de Adolescente – CPA. Em votação a maioria e favorável, com alguns contrários e uma abstenção a nota e aprovada. A conselheira da continuidade fazendo a leitura do histórico do PRODOC do CPA. Ficando aprovados os encaminhamentos referente a essa pauta: Encaminhar os dois processos que tratam do PRODOC para a CMF; Aprovada Nota pública de Repúdio ao Não Respeito às Deliberações do Conanda a Implementação do Comitê de Participação de Adolescente – CPA; Encaminhar para FN e Estaduais do DCA, CNJ, MPF, OAB, ADOLESCENTES DOS CPA, RAAD, Congresso, Comissões (ver com Helio), Comissão de minorias, juventude, legislação participativa, seguridade social e família, REDLAMYC, Conselhos do MDH, MERCOSUL (IPPDH), Associação dos reitores das universidades do Brasil (ANDIFES), FCNCT, Colegiado Nacional de conselhos estaduais, conselhos municipais das localidades dos adolescentes. A conselheira Roberta explica que referente ao grupo de whatsApp do CPA com os adolescentes esse processo tem que ser acelerado devido a essa demora em assinar a carta, era para ter iniciado logo após a assembleia passada mais devido a necessidade de um celular funcional que agora foi adquirido e alguns adolescentes não terem celular, porem agora ira iniciarem era o primeiro ponto do CPA para se conhecerem, dialogarem e conhecer o Conanda. Encaminhamentos aprovados: A partir do dia 30 de julho

o grupo será ativado; Horário do grupo: 9h às 16h para interação do grupo gestor com os adolescentes; Existe um grupo de whatsapp composto pelo grupo gestor que debate/define a interação com os adolescentes.

Como último ponto de pauta a conselheira Roberta traz o tema da escola de conselhos, a comissão recebeu a coordenadora geral Anete Lemes da coordenação de fortalecimento do sistema de garantia de direitos que apresentou o relatório de haviam solicitado do status da escola de conselhos, o tempo não foi viável para se debruçar no documento e a proposta da comissão e um acompanhamento mais de perto das escolas de conselhos e a CMF fazer esse acompanhamento. E como encaminhamento para aprovar em plenário e apresentados os seguintes pontos: Próximos editais do Conanda devem contemplar as escolas de conselhos, tendo em vista que só 3 estão em funcionamento; Proposta: metodologia deveria considerar a diversidade de acordo com a resolução 181/2017; Proposta de Resolução do Conanda visando aumentar a participação de conselheiros municipais (% para várias regiões/municípios); CMF deve acompanhar as próximas escolas contempladas por meio de relatórios da GFSGD; Convidar um representante do IFRO para participar da reunião da CMF no mês de agosto; Envio da matriz da escola para os membros da CMF; Reenvio dos relatórios das Caravanas do CONANDA. Todos aprovados pelo plenário.

E apresentado a capa em comemoração dos 28 anos do ECA.

#### **d. Comissão de Orçamento e Finanças - COF**

Coordenador: Edmundo Ribeiro Kroger

Relatoria: Edmundo

O conselheiro Edmundo inicia a relatoria com informação referente ao recurso administrativo do Edital 6/2017, a comissão de seleção indeferiu o recurso apresentado pela ONG Associação Positiva de Brasília com o projeto fortalecimento de redes de conselhos tutelares na área de SGD eles recorreram a SNDCA através de recurso administrativo sem está previsto no Edital. Segundo com a pauta ele informa que na assembleia anterior foi solicitado a memória das reuniões em plenário que aprova a utilização de recursos do fundo e a comissão definiu que os áudios dessas plenárias seja encaminhada ao conselheiro solicitante. Próximo ponto foi a avaliação do planejamento da comissão e como ponto principal foi avaliação do fundo a fundo, foi resgatado um documento já existente para análise e será discutido qual melhor estratégia para essa demanda. Outro ponto e a incidência do orçamento de 2019, a SNDCA encaminhou em maio ao Ministério a sua proposta orçamentaria e a nossa ação e fazer incidência junto ao ministro para que ele promova a inclusão no orçamento dos 60.000.000,00 (valor aproximado).

O PL do Deputado Eduardo Barbosa pegou a Resolução 137 que está sendo questionada nos tribunais e por sua iniciativa ele elaborou um texto de PL com os artigos 12 e 13 que foi distribuído para as comissões porem só será analisado no fim do recesso do congresso e seguei para avaliação do Senado e a ideia da comissão e incorporar algumas outras questões que necessárias.

E apresentado a atualização do plano de aplicação com as últimas alterações. Os encaminhamentos aprovados em plenária: Divulgar no Facebook a Nota do Conanda sobre a ação civil pública; Conversa com os principais candidatos sobre a proposta de orçamento para a política da criança e adolescente; Envolver a SC e o Fórum DCA nas incidências aos candidatos à presidência no que tange o tema do orçamento para a política da criança e adolescente. Por fim o conselheiro Edmundo relata sobre a visita das representantes CONAC- Comunidade Negras Rurais Quilombola que fizeram uma fala na plenária, elas estavam participando de seminário aqui na capital no qual discutiu forma de sustentabilidade das instituições Quilombolas e de comunidade tradicionais e lá alguém deu a informação que o Conanda havia aberto linhas no Edital para comunidades Quilombolas e ao verificar que já havia encerrado o prazo do edital e ao verificar os projetos aprovados perceberam que este conselho cometera um equívoco pois seria necessário na descrição dos eixos ou da linha do edital estabelecer que no processo de execução de projetos em comunidades quilombolas e necessário um documento de consentimento da comunidade para que o projeto seja desenvolvido. Esse foi o questionamento e elas iram entra em contato com a entidade participante para fazer a adequação pois ainda há possibilidade sem alterar o projeto, foi uma reunião tranquila e produtiva.

**17h00:** Encerramento da 274ª Assembleia Ordinária do Conanda.